VISÃO DO CORREIO

Equilíbrio nos transportes

Cidades são feitas para circular, e a facilidade de se mover por elas define quem, de fato, usufrui do que oferecem. Para quem depende do transporte coletivo, o preço da passagem é parte dessa conta. É nesse terreno que entra a proposta do presidente Lula de oferecer transporte público gratuito aos sábados, domingos e feriados em todo o país, reafirmada ontem, na cerimônia que regulamentou a nova jornada de trabalho. A ideia é bem-intencionada. Com o fim da escala 6x1, o trabalhador terá mais tempo livre, e a passagem, que pesa no orçamento das famílias de menor renda, não deveria impedir que esse tempo seja usado para o lazer, para a família e para a cidade. A gratuidade amplia o acesso aos espaços públicos, estimula o uso do transporte coletivo e alivia um custo que, para muita gente, decide se vale a pena sair de casa.

A boa intenção, porém, não resolve a engenharia do problema. O transporte público urbano no Brasil é um sistema gigantesco e complexo, tocado em grande parte por prefeituras, que contratam empresas privadas por concessão ou permissão, e por governos estaduais, responsáveis por metrôs, trens e linhas intermunicipais. Cada contrato tem regras próprias de remuneração, de equilíbrio econômico e de oferta de linhas e horários. Uma canetada nacional atinge mais de 5 mil municípios com realidades muito diferentes.

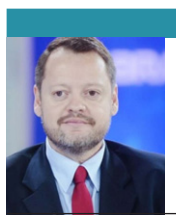
A conta também é incerta. O governo propõe destinar cerca de R$ 12 bilhões por ano de emendas parlamentares ao custeio, e a associação das empresas de transporte estima que a gratuidade nos fins de semana custaria perto de R$ 20 bilhões, diferença que pode recair sobre prefeituras e estados. Há questões em aberto, como o vale-transporte dos trabalhadores que atuam nos fins de semana e a qualidade do serviço, já que gratuidade com poucos ônibus produz lotação.

Existem experiências bem-sucedidas, e elas ajudam a entender o desafio. Maricá, no Rio de Janeiro, mantém tarifa zero desde 2014, com uma empresa pública de transportes custeada pelos royalties do petróleo, receita que a maioria dos municípios não tem. Mais de 100 cidades brasileiras oferecem gratuidade integral. Entre as capitais, São Paulo, Brasília, Belém, Maceió, Palmas e Belo Horizonte deixam os ônibus de graça aos domingos e feriados, em modelos desenhados localmente e pagos com orçamentos próprios. A proposta federal inclui os sábados, quando o uso do transporte costuma ser maior, o que eleva demanda e custo.

A proposta precisa passar por uma emenda constitucional que mexe com as emendas parlamentares, tema sensível no Congresso, e, depois, traduzir-se em regras, repasses e ajustes contratuais em milhares de municípios. Nesse caminho, a reação das empresas prestadoras pode ser decisiva. Uma proposta desenhada sem ouvir quem opera o sistema corre o risco de ser soterrada por disputas judiciais, por cortes de oferta ou por contratos que não fecham.

Há soluções possíveis. A adesão voluntária de municípios e estados, com contrapartidas e metas de qualidade, permitiria testar o modelo em escala e ajustá-lo antes de ampliá-lo. Uma fonte de financiamento estável, que não dependa da negociação anual de emendas, daria segurança a prefeituras e operadoras. Regras claras para o vale-transporte, para a remuneração das empresas e para a manutenção da frequência dos ônibus evitam que a gratuidade encareça o serviço ou o degrade. A própria associação das empresas defende um financiamento permanente que reduza o peso da tarifa também nos dias úteis.

O objetivo de ampliar o acesso à cidade é legítimo, e o caminho para alcançá-lo passa pelo diálogo entre União, estados, municípios e operadoras. Sem esse debate, a boa intenção corre o risco de virar manchete e não sair do papel. Com ele, a tarifa zero pode ser um avanço duradouro.



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Consciência no STF

Hoje, Dia da Consciência Negra, volto a fazer um apelo ao presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva. Em 24 de outubro do ano passado, com a aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso, escrevi aqui neste espaço que Lula tinha a chance de reafirmar, com um gesto concreto, o compromisso do governo com a diversidade e a igualdade. Em 135 anos de história, o Supremo Tribunal Federal teve apenas três mulheres entre seus ministros.

Praticamente 13 meses depois, chegou a hora de Lula indicar uma mulher negra ao STF. A oportunidade está novamente nas mãos do presidente, que tem a possibilidade de transformar uma reivindicação histórica em uma decisão concreta, com repercussão para além dos limites da própria Corte.

A composição atual do Supremo revela um desequilíbrio difícil de justificar. Das 10 cadeiras, apenas uma é ocupada por uma mulher, a ministra Cármen Lúcia, indicada pelo próprio Lula em 2006. Em um país no qual as mulheres representam a maioria da população e conquistam espaços cada vez maiores na academia, na magistratura e no mercado de trabalho, a presença feminina na mais alta instância do Judiciário continua muito aquém da realidade brasileira.

A desigualdade racial também precisa entrar na discussão. Desde a criação do Supremo, apenas três ministros negros passaram pela instituição. Um deles foi Joaquim Barbosa, também indicado por Lula. A escolha de uma mulher negra reuniria, em uma única indicação, duas demandas legítimas de representatividade. Seria uma decisão com significado institucional e histórico.

A cobrança ganhou força nas últimas semanas, com manifestações de entidades e grupos organizados da sociedade civil. Na sexta-feira passada, o presidente do STF, Edson Fachin, também se posicionou publicamente a favor da presença de uma mulher negra na Corte. Durante o encerramento do 9º Encontro Nacional de Juízas e Juízes Negros, no Rio de Janeiro, foi aplaudido ao afirmar que há magistradas negras à altura da responsabilidade de ocupar uma cadeira no Supremo.

A declaração merece atenção. Em meio a mais grave crise institucional da história do STF, Fachin conhece as exigências do cargo e a responsabilidade de integrar uma instituição que tem a palavra final em questões constitucionais de grande impacto para a sociedade. Sua manifestação reforça uma constatação: há mulheres negras qualificadas para exercer a função. O que falta é a oportunidade de chegar ao tribunal.

Depois da aposentadoria de Barroso, Lula escolheu o advogado-geral da União, Jorge Messias, nome reconhecido por aliados do presidente pela competência técnica e pela lealdade política. A indicação, porém, acabou rejeitada pelo Senado. Reeleito nas urnas, Lula tem dois caminhos. Insistir na escolha por Messias, mesmo correndo o risco de uma nova derrota no Congresso. Também tem a alternativa de buscar um nome que reúna condições jurídicas e políticas para obter aprovação dos senadores e, ao mesmo tempo, represente um avanço na composição do tribunal.

Lula já teve a oportunidade de indicar mulheres ao Supremo e também de levar um ministro negro à Corte. Agora, pode dar um passo adiante. Neste 20 de novembro, a discussão ganha um significado especial. A igualdade de oportunidades precisa alcançar também os espaços em que se concentram as decisões mais importantes do país. O Supremo é um deles.

Indique uma mulher negra para o STF, Lula. O país vai agradecer.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Tapetes do Senado

É um absurdo falar em ajuste fiscal e cortes nos serviços públicos enquanto se cogita gastar R$ 3,3 milhões na troca de carpetes do Senado! A economia de recursos públicos deveria começar justamente por essas despesas milionáras. Antes de exigir sacrifício da população, é preciso rever os gastos do próprio poder público. O dinheiro dos nossos impostos deve ser tratado com responsabilidade e respeito.

» **Neide Martins**
Gama

Ineficiência parlamentar

Ao pesquisar um projeto de 2011 parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara desde 2024, deparei-me com a ineficiência parlamentar: em junho de 2026, 3.902 proposições aprovadas por uma Casa aguardavam a outra (2.065 no Senado; 1.837 na Câmara), e 816 estavam paradas na Câmara havia mais de 10 anos. Em 1989, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 162, de Fernando Henrique Cardoso, sobre grandes fortunas, virou Projeto de Lei Complementar (PLP) 202/1989 e foi arquivado. Discutir projetos não é o forte do Congresso, discutir emendas é outra história.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

Educação holística

No poema *Guerra*, Augusto dos Anjos (1884–1914) revela o paradoxo de uma civilização que acumula conhecimentos, mas não consegue superar seus impulsos de violência e destruição: "Guerra é esforço, é inquietude, é ânsia, é transporte.../E a dramatização sangrenta e dura/Vir Deus num simples grão de argila errante,/Da avidez com que o espírito procura/É a subconsciência que se transfigura/Em volição conflagradora... E a coorte/Das raças todas, que se entrega à morte/Para a felicidade da criatura!/É a obsessão de ver sangue, é o instinto horrendo/De subir, na ordem cósmica, descendo/A irracionalidade primitiva.../É a natureza que, no seu arcano,/Precisa de encharcar-se em sangue humano/Para mostrar aos homens que está viva!" (*Eu e outras poesias*, 1920). O avanço científico e tecnológico demonstra que o progresso material nem sempre é acompanhado pelo desenvolvimento ético e pela justiça social. Por isso, a educação holística deve articular saber técnico, dignidade humana e preservação ambiental, estimulando consciência crítica e compromisso com a vida.

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Hoje é Dia da Consciência Negra. Já os outros 364 dias restantes do ano são dedicados à inconsciência dos racistas.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Respeito não tem cor, tem consciência. Igualdade, justiça e respeito são um direito!

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Fim da 6x1: reduzir a jornada é avançar, mas fortalecer a inspeção do trabalho é indispensável para que esse avanço chegue a quem mais precisa.

Helena Maria Grando — Rio Grande do sul

Sem escala 6x1, sem vale-refeição, sem hora extra. Parabéns aos envolvidos. Folga é bom, mas tem que ver o outro lado, que pesa no bolso.

Wendell Rodrigues — Brasília

Atenção, autoridades, é necessário cautela antes de se comemorar uma queda na emissão de gases de efeito estufa. A redução da pegada de carbono observada pode ser fruto de outra tragédia preocupante: o excessivo número de vítimas da pandemia de covid-19.

NetoKobra — Brasília

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *De 1695 a 2026: a marcha da igualdade — Valeu Zumbi*, Eloi Ferreira de Araujo, ex-ministro da Igualdade Racial, escreve sobre as conquistas da comunidade negra brasileira e os desafios atuais para a construção da igualdade racial no país. Confira no site do **Correio**.

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza destaca a sanção, pelo presidente Lula, do decreto que regulamenta a jornada 5X2 no país e desdobramentos da nova regra para o mercado de trabalho.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*